

## Crenças, sentimentos e percepções acerca da noção de resiliência em profissionais da saúde e da Educação que atuam com famílias pobres

---

*Maria Angela Mattar Yunes*

*Heloísa Szymanski*

Em vários países da Europa, nos Estados Unidos e Canadá, a palavra resiliência é utilizada com frequência, seja no cotidiano de conversas informais como para justificar, referendar e direcionar programas políticos de ação social e educacional. No entanto, seu uso no Brasil ainda provoca estranhamento, com exceção de pequenos grupos de pessoas em alguns círculos acadêmicos.

Na Física, resiliência refere-se à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente. Em Psicologia, os estudos sobre o tema datam de menos de trinta anos, e as definições não são tão precisas, mas em geral referem-se aos fenômenos que explicam o enfrentamento e a superação de crises e adversidades (Yunes & Szymanski, 2001).

Os precursores do conceito de resiliência são os termos *invencibilidade* ou *invulnerabilidade*, os quais sugerem que as pessoas podem ser totalmente imunes a qualquer tipo de desordem independente das circunstâncias (Rutter, 1987, 1993; Masten & Garmezy, 1985; Walsh, 1998). Apesar das considerações e dos questionamentos que os referidos termos suscitam, esta versão inicial de resiliência como invulnerabilidade diante das adversidades ainda é encontrada na literatura vigente e parece orientar a produção científica de muitos pesquisadores da área (Martineau, 1999). Tal fato pode dar lugar à construção de uma noção de resiliência engessada em um conjunto de traços e condições passíveis de serem reificadas e replicadas.

A maioria dos estudos sobre resiliência vem sendo realizada numa abordagem quantitativa tendo como foco a criança, que é identificada como resiliente ou não, a partir de testes psicométricos, notas na escola, testes de personalidade ou de perfil de temperamento, que levam a um conjunto de características observáveis que definem a "criança resiliente" (Grotberg, 1995, Werner, 1986; 1993, Werner & Smith, 1982, 1989, 1992; Zimmerman & Arunkumar, 1994).

Embora a literatura sobre a resiliência na criança seja consideravelmente vasta, a resiliência em família é um construto relativamente novo (Hawley & DeHann, 1996) que traz consigo uma ênfase “salutogênica”, ou seja, foca os aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar ao invés de remarcar desajustes e falhas.

A pesquisa bibliográfica sobre o tema indica que foi no final dos anos 80 que um dos primeiros trabalhos específicos desta área foi publicado (McCubbin & McCubbin, 1988). O potencial de pesquisas passou a ser explorado, e alguns autores (Walsh, 1996; Hawley e DeHann, 1996) preocuparam-se em esclarecer, conceituar, definir e propor novas perspectivas teóricas sobre a resiliência em famílias. Segundo Froma Walsh (1996), “o foco da resiliência em família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam famílias não só a lidar mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saírem fortalecidas das mesmas” (p. 263). Walsh (1998) organizou seu conhecimento nesta área e desenvolveu um quadro conceitual que apresenta a resiliência familiar em três domínios: o sistema de crenças, os padrões de organização e as formas de comunicação familiar. A autora deixa evidente que o nível de análise difere dos trabalhos centrados na resiliência individual, pois, quando se trata de resiliência em família, a mesma deixa de ser considerada uma característica pessoal que sofre a influência da família e passa, portanto, a ser conceituada como uma qualidade sistêmica das mesmas (Hawley & DeHann, 1996). Portanto, refere-se a “processos de adaptação e *coping* do grupo enquanto unidade funcional” (Walsh, 1998, p. 14). Vale ressaltar que estes processos devem ser analisados na perspectiva ecológica, ou seja, deve-se levar em conta todas as esferas de influência presentes ao longo do ciclo de vida das pessoas. Sendo assim, além da família, o grupo de amigos, a escola, o local de trabalho, as instituições governamentais e o sistema político e social são considerados importantes contextos de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979; 1996).

Apesar de os pesquisadores da resiliência em família defenderem teorias que ampliam a compreensão anteriormente limitada pelo espectro no indivíduo, ainda surgem importantes questões. Como definir critérios para se decidir que uma determinada família “é ou não” resiliente ou “tem ou não tem” resiliência? Como evitar esta adjetivação/substantivação e o possível uso do termo por políticas públicas que apóiam e mantêm as desigualdades sociais baseadas no “sucesso” ou “insucesso” de indivíduos e das famílias? Será possível

escapar da concepção de resiliência dominante no discurso dos pesquisadores e apontada por Martineau (1999, p. 11): "resiliência como um código ideológico de conformidade às normas sociais vigentes"? Dependendo da forma como tratarmos a questão no Brasil, esta espécie de "armadilha ideológica" pode apenas nos induzir a "culpar as vítimas" (Yunes, 2001).

As contradições e controvérsias crescem em proporção quando se trata de pensar a resiliência em famílias de baixa renda. Muitas considerações sobre pobreza e sua associação com a questão do risco e da resiliência provêm de pesquisas realizadas em outros continentes, cujas condições socioeconômicas diferem muito das brasileiras. Não se pretende com isso negar o papel crítico da pobreza no desenvolvimento humano, amplamente reconhecido por estudos internacionais (Garbarino & Abramowitz, 1992; Luthar, 1999) e nacionais (Rosemberg, 1994; Mello, 1995; Szymanski Gomes, 1995). No contexto brasileiro, parece lógico pensarmos na pobreza ou nas comunidades de baixa renda como grupos que sofrem uma diversidade de pressões e opressões, mas alguns estudiosos brasileiros apontam a relação linear que se faz entre fatores de risco e grupos sociais desvalorizados (Rosemberg, 1994). A mídia, instituições e até mesmo alguns pesquisadores têm contribuído para incrementar imagens de famílias pobres brasileiras num panorama de conflito, abuso, violência e negligência. Nesta lógica, é fato que comunidades oprimidas (considerando-se o "pobre" nesta categoria) são muitas vezes representadas como "não-resilientes" *a priori* (Sonn & Fisher, 1998; Brodsky, 1999).

Na realidade, pouco se sabe sobre os processos e a dinâmica de funcionamento de famílias pobres, mas alguns estudos brasileiros indicam que estas famílias mostram-se muitas vezes hábeis na tomada de decisões e na superação de grandes desafios, evidenciando uma unidade familiar e um sistema moral bastante fortalecidos diante da proporção das circunstâncias desfavoráveis de suas vidas (Sarti, 1996; Melo, 1995). Assim como outros grupos oprimidos por uma sociedade moderna, mas desigual em suas bases econômicas, a família pobre não é avaliada em seus próprios termos (Yunes, 2001). Sabe-se que as condições indignas e a precariedade das contingências econômicas e sociais que castigam a maioria das famílias brasileiras podem afetar de forma adversa o desenvolvimento de crianças, adultos e grupos. Entretanto, isso não pode ser considerado regra sem exceção. Muitas vezes, estes grupos desenvolvem processos e mecanismos que garantem sua sobrevivência, não só física, mas dos valores de sua identidade cultural, e tornam-se o contexto essencial para o

desenvolvimento saudável de seus membros. Poderíamos classificar estes grupos como "resilientes"?

Tendo em mente estas dificuldades conceituais, foi delineado este trabalho com o objetivo de conhecer e investigar idéias, sentimentos e percepções acerca da noção vigente de resiliência em profissionais que atuam com famílias pobres. Com isso, buscou-se a compreensão dos diferentes significados de "resiliência em família" nas perspectivas dos que têm a experiência cotidiana de lidar com famílias que vivem e enfrentam as adversidades da situação de pobreza.

## **Método**

### *Participantes*

Foram contatados aleatoriamente oito trabalhadores de diversas áreas: um do Serviço Social, três da Saúde e quatro da Educação, residentes na cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul, Brasil). Todos eram do sexo feminino e tinham de cinco a onze anos de experiência no atendimento a famílias de baixa renda. Duas das educadoras trabalhavam como professoras e as outras duas eram diretoras de escolas públicas situadas em áreas pobres da cidade. A assistente social era funcionária do Fórum da Infância e da Juventude e atendia a Vara de Família. Uma das profissionais da Saúde era médica que prestava atendimento por meio turno para crianças e famílias de uma escola estadual. As outras duas profissionais da saúde eram agentes comunitárias e vinculadas a um programa do Governo Federal brasileiro para atender famílias dos bairros de baixa renda.

### *Coleta de dados*

Cada profissional foi contatada aleatória e individualmente em seus locais de trabalho. Inicialmente foi perguntado se teriam interesse em participar de um estudo sobre populações que vivem em situação de pobreza. Os objetivos do estudo foram explicados brevemente da seguinte maneira.

Primeiramente, perguntava-se se a profissional conhecia o conceito de resiliência em família ou no indivíduo, ou se já havia ouvido a palavra anteriormente. Em caso negativo, dava-se a seguinte explicação:

Resiliência refere-se a fenômenos que procuram estudar e explicar os processos de enfrentamento e superação de crises, traumas e adversidades. Como este fenômeno ainda não está suficientemente explorado no Brasil, estamos conduzindo um estudo para investigar famílias que têm uma história de enfrentamento de dificuldades decorrentes da situação de pobreza. Sua participação é importante na medida em que gostaríamos de conhecer suas percepções e idéias a respeito deste assunto.

Tendo a profissional concordado em participar, a mesma era convidada para uma entrevista aberta que continha duas questões desencadeadoras. A primeira pergunta tinha por objetivo explorar como a profissional percebe as famílias pobres: "Como você descreveria as famílias com as quais você trabalha? Como são elas? Fale-me sobre elas".

A segunda questão procurava identificar os sistemas de crenças e valores subjacentes às percepções acerca dos modos de enfrentamento de dificuldades das famílias pobres: "Dentre estas famílias, como você descreveria aquelas que parecem 'felizes', 'vivem bem'? Fale-me sobre elas". Diante destas questões, a entrevistada fazia o seu discurso, e o entrevistador interferia o mínimo possível e só o fazia para esclarecer pontos considerados obscuros. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise dos dados.

### *Análise dos dados*

Para análise dos dados obtidos nesse estudo, foram escolhidos os princípios da *grounded-theory*<sup>1</sup> (Glaser e Strauss, 1967). A *grounded-theory* foi cogitada, neste caso, por oferecer condições de organizar e codificar grandes quantidades de dados qualitativos. Os passos propostos por esta metodologia de análise permitem a descoberta de "temas que emergem dos próprios dados durante a análise dos textos" (Martineau, 1999, p. 61, 62; Yunes, 2001a; Yunes, 2001b). O processo de ler e reler, escrever e re-escrever, ouvir e re-ouvir (Strauss & Corbin, 1990) as gravações das entrevistas realizadas com os profissionais propiciou a

1 Não há uma tradução convencional para o termo *grounded-theory*. Em espanhol, há várias traduções, como por exemplo teoria fundamentada, fundamental ou básica (Rey, 1999). Na língua portuguesa, alguns autores usam a tradução Teoria Fundamentada nos Dados (Bousoo, 1999). Usualmente, prefere-se usar o termo original em inglês, o que faremos neste trabalho.

descoberta dos códigos, subcategorias e categorias que serão apresentadas na seção dos resultados.

O pesquisador que faz uso da *grounded-theory* tem possibilidade de organizar seus dados de forma menos contaminada pelas idéias teóricas e hipóteses previamente elaboradas durante a realização do seu estudo. É uma abordagem particularmente válida para campos de pesquisa pouco conhecidos.

## Resultados

Apenas uma das entrevistadas já tinha tido contato com a palavra resiliência, porém sem clareza do conceito. Apesar da singularidade de expressão encontrada em cada depoimento, há evidências de percepções e concepções comuns das profissionais sobre a vida das famílias pobres conforme mostra a figura 1.

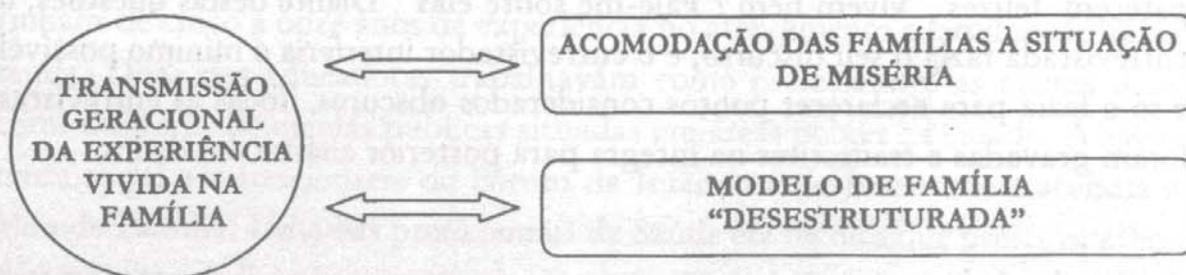


Figura 1 – Categorias que compõem a experiência das profissionais com famílias de baixa renda

A acomodação das famílias à situação de miséria é uma das principais categorias representativas do sistema de crenças das profissionais. Famílias resignadas, acostumadas a viver na miséria, desesperançosas em relação ao futuro, desinteressadas e despreocupadas com a sua condição de vida, configuram as percepções de todas as profissionais. Para as trabalhadoras, é praticamente impossível mobilizar as famílias pobres, que, além de não valorizarem o próprio crescimento, desvalorizam o crescimento dos outros. Fica a constatação da percepção de um grupo familiar que, além de pobre, é apático, desmotivado, imediatista e sem objetivos, conforme ilustra o segmento do relato abaixo:

*Parece que perderam a vontade, ninguém planta pra sobreviver, ninguém faz um pão, ninguém quer limpar um chão em troca... Eles não fazem mais nada para melhorar.*  
(Ieda, Saúde)

Ao relatar sua experiência pessoal com famílias de baixa renda, as entrevistadas descreveram as famílias pobres usando algumas vezes palavras como “desestruturadas”, “descaracterizadas”, “desorganizadas” ou “comprometidas”. Assim, embora a palavra estrutura ou desestrutura não tenha sido explicitada em algumas entrevistas, as seguintes subcategorias dimensionadas de maneira relacional e interdependente refletem a forma como as profissionais a caracterizam (Figura 2).



Figura 2 – O modelo de família “desestruturada”

Como se pode observar, a crença das profissionais na família pobre “desestruturada” transcende a questão da composição ou estrutura familiar, mas refere-se também a aspectos relacionais e de funcionamento do grupo familiar.

Relatos de experiências com famílias pobres nas quais diferentes formas de *violência* se manifestam em diferentes contextos das relações foram frequentes em todos os depoimentos analisados. Seja nas interações entre pais biológicos ou substitutos com as crianças, como nas relações entre marido e mulher, as situações de maus-tratos, abuso físico e/ou psicológico, abandono e negligência foram as principais referências das entrevistadas para exemplificar as formas de expressão da *violência familiar*.

No silêncio da família eles (os pais) fazem isso com os filhos, negligência, maus tratos, assim... elas me contavam que o pai trocava a menina por um som, ou algo assim, deixava sair com alguém. (Taís, S. Social)

A subcategoria denominada *desassistência dos filhos* se apresenta em muitos relatos como a conseqüência final da “desestruturação” da família. Na opinião da maioria das entrevistadas, as famílias de baixa renda, além de negligentes com os cuidados básicos e bem-estar de seus filhos, tendem a apresentar pautas educativas prejudiciais ao desenvolvimento dos mesmos.

Como é que uma criança que foi criada pedindo, esperando migalhas pra se alimentar, de repente, sofrendo vários tipos de violência, como é que vai entender de sentimentos que a gente tenta passá? (Alice, Educ.)

Intimamente relacionado à questão da violência no lar, o uso de drogas, em especial do álcool, é um outro fato bastante referido como o responsável pela “desorganização” da unidade familiar. As entrevistadas apontam que a presença do álcool no ambiente familiar, mais freqüentemente usado pela figura paterna, desencadeia uma série de fenômenos, tais como o desemprego do usuário (com as decorrentes dificuldades de sobrevivência de todos), a violência e o desrespeito como base das interações entre os membros, o rompimento das relações familiares de apoio e afeto, a desvalorização do outro e a conseqüente separação da família.

O significado de família “desestruturada” também se expressa nos relatos das profissionais pelas alusões feitas ao funcionamento de famílias na composição de um *modelo não-nuclear*. Algumas profissionais chamaram a atenção para o modelo monoparental, citando as famílias que na maioria das vezes são lideradas por mulheres, sejam elas mães ou avós. Estas mulheres foram abandonadas por seus companheiros e são percebidas como pessoas fortes que enfrentam grandes dificuldades para manter a unidade familiar, cuidar dos filhos e garantir a sobrevivência de todos.

A transmissão multigeracional da experiência vivida pela família aparece fortemente nos discursos da maioria das profissionais, em diferentes momentos de suas exposições, formando, portanto, uma categoria a mais que se relaciona às duas já citadas (vide Figura 1). Há evidências de que esta relação se dá pela condição causal que lhe é atribuída, ou seja, as profissionais acreditam que as

famílias pobres “acomodadas à situação de miséria” e “desestruturadas” passam ou transmitem sua experiência de “acomodação” e “desestruturação” para os seus membros. O relato abaixo exemplifica:

*Porque eles têm os valores completamente distorcidos, diferentes..., da vivência que já traz..., o pai, o avô, a vivência deles, vem sendo criados como animais, então se comportam como animais.... (Janice, Educ.)*

*A experiência das profissionais com as famílias de baixa renda que “enfrentam as dificuldades” e “vivem bem”*

Durante a segunda etapa das entrevistas com as profissionais, uma diversidade ainda maior de concepções foi suscitada. É importante ressaltar que o fenômeno de maior constância foi a insistência de todas as profissionais em reportar-se durante a maior parte da entrevista à sua experiência com as famílias categorizadas sob a ótica da “acomodação” e “desestruturação”. Ou seja, mesmo quando o tema abordado era as “famílias que vivem bem”, as entrevistadas voltavam a falar das famílias que “não superam” as dificuldades.

No que se refere às “famílias que vivem bem”, foi possível observar que cada profissional tem modelos de pensamento que explicam esta questão no seu sistema de crenças. Algumas profissionais acreditam que, entre outros aspectos, as questões relacionais são as mais determinantes. Outras desenvolveram um discurso mais voltado para a mobilização de recursos externos, do tipo valorização do estudo e trabalho e a padronização das formas de organização da família. O agrupamento das categorias forma, pois, dois modelos: um relacional e o outro normativo/organizador.

O modelo relacional é ilustrado pela Figura 3 representada abaixo.

A presença de pessoas significativas na história de vida das famílias foi citada enfaticamente por profissionais que acreditam que as famílias podem enfrentar melhor os obstáculos se contarem com a presença de figuras de apoio nos momentos de grandes dificuldades. Estas presenças são referidas como sendo a da mulher (no papel de mãe ou avó) ou de alguém forte. A presença da família extensa e da vizinhança também é lembrada por algumas entrevistadas. As profissionais deixam clara a importância da dimensão afetiva destas presenças no que tange à influência destas figuras de apoio para a criação de um clima familiar propício ao desenvolvimento dos filhos e à melhoria da qualidade das relações entre os membros.

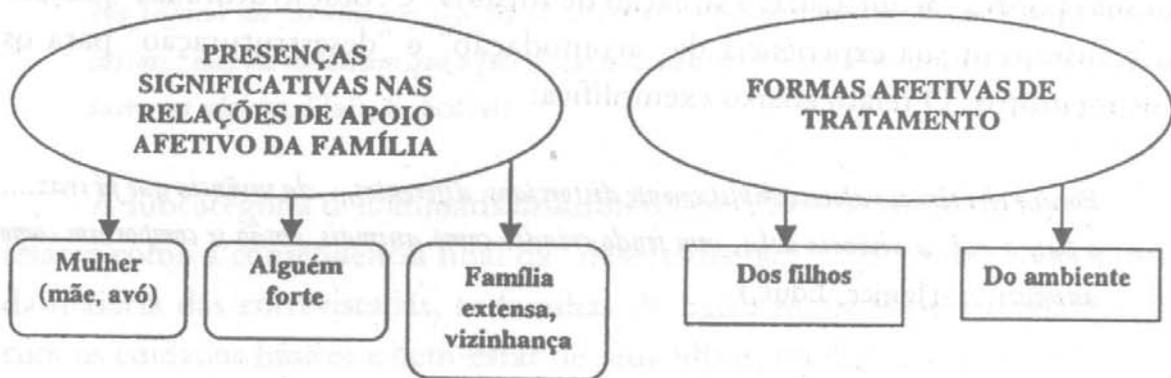


Figura 3 – Modelo relacional de famílias que “superam” as adversidades

*Uma mãe presente também, dali um pouco, não trabalhadora, porque numa dessa são pessoas que têm mais de um filho, são dois, três, porque a mãe tem que estar presente... Mas, gente presente, tu compensa chegando em casa e botando o filho no colo. Isso eu acho uma família estruturada. Dali um pouco o material não tem, mas tem o humano, o afetivo. (Amanda, Educ.)*

“Ter alguém forte” e presente nas relações, que proporcione afeto e segurança, é um dos fatores que aparece com bastante frequência no modelo relacional. As profissionais que fazem esta referência acreditam que uma família que vive em condições de pobreza necessita de ajuda. A presença constante de alguém participativo e que ofereça uma vivência de elos e de relações que traga “força” é necessária para enfrentar os revezes de suas vidas. Nestes casos, o “alguém” não é especificado.

Ainda dentro do modelo relacional, algumas profissionais (menos da metade) reconheceram que formas afetivas de tratamento e cuidado que as famílias – e em especial os adultos – dão às outras pessoas e ao ambiente onde vivem refletem a sua maneira de atuar no mundo. O tratamento das crianças, no que se refere ao apego e à proximidade nas relações pais-filhos, foi um dos temas que estas profissionais escolheram para ilustrar suas percepções sobre famílias que vencem as dificuldades. Algumas profissionais reforçam os cuidados básicos que toda criança necessita, de alimentação, higiene e abrigo como indicadores de relações de afeto, enquanto para outros o afeto estaria acima de qualquer necessidade primária. Referências ao tratamento do ambiente foram feitas como exemplos das formas de relacionamento das pessoas com seus

pertences pessoais e o seu ambiente mais imediato. Os relatos evidenciam que o tratamento de cuidado dado aos objetos e à natureza refletem o bem-estar e a integração da família na sua comunidade.

O modelo normativo/organizador é representado pela figura 4 abaixo.

A pobreza é uma situação cujo contexto impulsiona padrões e estratégias de ações da família como um todo. Estas ações podem se expressar por uma dinâmica de funcionamento da família, na qual existirão determinadas normas e padrões para organização e mobilização de recursos externos. Esta normatização é vista por muitas profissionais como uma maneira eficaz de enfrentar as “durezas” e pressões do cotidiano. Os elementos que compõem esta categoria serão explicados pelas subcategorias denominadas prioridade para formas de ocupação e padrões de organização.

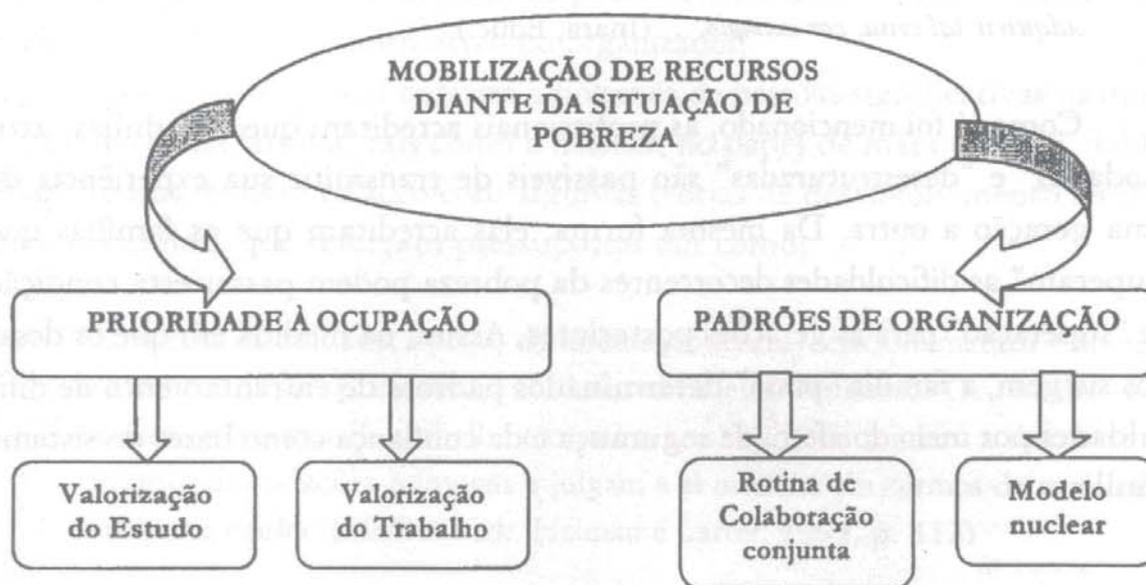


Figura 4 – Modelo normativo/organizador das famílias que “superam” as adversidades

Na opinião das trabalhadoras, ter uma ocupação e adotar como valores familiares o estudo e o trabalho podem ser estratégias de enfrentamento da miséria socioeconômica: iniciativa, responsabilidade, perseverança e disposição para o estudo e trabalho são essenciais para que toda a família possa reverter um quadro de muitas dificuldades. Segundo o depoimento das entrevistadas, na criatividade e no uso adequado dos recursos disponíveis na comunidade pode estar a solução de muitos problemas emergenciais. O relato abaixo exemplifica:

*A mãe faz alguma coisa, vende muda de plantas, paninho de pratos. Elas contam pra gente, a gente anota isso em ficha e vai se conseguindo. Roupa de algum parente que passa e a coisa vai indo. (Helena, Saúde-méd.)*

Segundo a maioria das profissionais, as famílias cujo funcionamento se dá num determinado padrão de organização tendem a “superar” as adversidades da pobreza. Esta organização é compreendida por meio da constatação de uma rotina de colaboração conjunta que envolve todo o grupo familiar no planejamento, tomada de decisões e execução das ações. Tais famílias geralmente apresentam a configuração dentro do modelo nuclear.

*Creio que seja a organização dentro do lar, que de, por exemplo, casais, até tem um caso assim, casais que marido e mulher trabalham juntos, então combinam as coisas, vamos adquirir tal coisa, por exemplo... (Inara, Educ.)*

Como já foi mencionado, as profissionais acreditam que as famílias “acomodadas” e “desestruturadas” são passíveis de transmitir sua experiência de uma geração a outra. Da mesma forma, elas acreditam que as famílias que “superam” as dificuldades decorrentes da pobreza podem passar esta condição de “superação” para as gerações posteriores. Assim, na medida em que os desafios surgem, a família “passa” determinados padrões de enfrentamento de dificuldades por meio do afeto, da segurança e da confiança como bases do sistema familiar.

## Discussão

As famílias pobres que compõem o cotidiano do trabalho das profissionais entrevistadas são descritas como acomodadas e submissas à situação de miséria, além de “desestruturadas”, não apenas pela sua configuração não-nuclear, mas também pelas características de violência nas relações intrafamiliares, de abandono, negligência das crianças e incidência do uso de drogas na família. As profissionais acreditam que estas características podem ser transmitidas através das gerações, o que perpetua os mitos familiares de “acomodação” e “desestruturação”. Tal crença encontra suporte parcial na teoria dos “*scripts* da família”, de Byng-Hall (1995). Segundo esse autor, na vida em família, ensaiamos nossas

vidas em nossas futuras famílias, replicando ou corrigindo os *scripts* de vida de nossos pais e experimentando várias maneiras de nos relacionarmos. Por alguma razão, as profissionais acreditam que as famílias pobres SEMPRE replicam (nunca corrigem) os *scripts* das gerações precedentes, sejam estes indicativos da “superação ou não-superação de dificuldades”. Não foram encontradas, em pesquisas brasileiras, evidências científicas que comprovassem a linearidade destas conclusões.

Ao descreverem famílias “que enfrentam as adversidades da pobreza e vivem bem”, muitas profissionais apresentaram dificuldades em organizar suas idéias, pois parecia difícil fugir da configuração inicial de seus sistemas de crenças (formados por famílias pobres “acomodadas e desestruturadas”) que insistiam em aparecer no seu discurso. Na opinião destas profissionais, as “famílias que superam” os desafios da pobreza podem encaixar-se em dois modelos não exclusivos: relacional e normativo ou organizador.

O modelo relacional enfatiza a presença de pessoas significativas na dinâmica interna da família, tais como a mulher, no papel de mães ou avós. Talvez estas crenças tenham relação com algumas teorias de desenvolvimento feminino e masculino, que reforçam pressupostos tais como:

Os valores de cuidado, apego, de interdependência, relacionamentos e atenção aos contextos são primordiais no desenvolvimento feminino. Os homens definem-se em termos de trabalho e carreira, e as mulheres tendem a definir-se no contexto das relações humanas e julgam a si mesmas em termos de suas habilidades de cuidar. (McGoldrick, Heiman e Carter, 1993, p. 412)

Mas estas crenças podem ao mesmo tempo ter suas raízes nas concepções de pobreza e suas relações com chefia feminina nestes contextos. Segundo Sarti (1996, p. 45), “as famílias desfeitas são mais pobres, e, num círculo vicioso, as famílias desfazem-se mais facilmente”. O papel do homem como provedor na família é o mais afetado na pobreza (Montali, 1991). São as mulheres que lideram as famílias, e a experiência das entrevistadas confirma este dado. A vulnerabilidade destas famílias chefiadas por mulheres é reconhecida por alguns pesquisadores (Lopes e Gottschalk, 1990), mas não o é integralmente por nossas profissionais, que percebem a mulher como “forte e poderosa” na dinâmica familiar monoparental. Outras questões relacionais apontadas pelas profissionais como indicativas de famílias que “superam” as adversidades são a presença

de "mentores" e a afetividade nas interações com as crianças e com o ambiente. A teoria de processos de resiliência em família de Walsh (1998), apontados pela autora nas dimensões de "Processos de Comunicação", confirma este achado.

O segundo modelo de crenças das profissionais que enfoca as prioridades de ocupação e reforçam o papel do estudo, do trabalho e das rotinas de organização e colaboração do grupo familiar também se apresenta em linha com outra dimensão da teoria de Walsh (1998) denominada "Padrões de organização". Se focarmos a questão do trabalho na perspectiva de Sarti (1996), tal qual apresentada em seu estudo sobre a moral dos pobres, temos que: "é através do trabalho que os pobres demonstram *não* serem pobres" (p. 66) e buscam, como trabalhadores, a dimensão positiva de sua identidade e a força moral para "quando caírem no buraco, se levantar" (p. 67). Os resultados da análise das entrevistas das profissionais neste estudo validam esta posição, na medida em que se pode encontrar, na perspectiva daquelas que atendem as famílias, a qualificação do "pobre estudioso e trabalhador" como aquele que "dá certo na vida". Mas mostra também que as profissionais não reconhecem a perspectiva da exploração na forma como se organiza o trabalho na sociedade capitalista.

Dentro do sistema de crenças das profissionais, o grupo familiar que "vive bem" tem maiores chances se estiver no modelo nuclear tradicional, no qual juntos vivem pai, mãe e filhos. Nas concepções estudadas por Szymanski Gomes (1988) em famílias de baixa renda, a família nuclear é uma expressão da "família pensada" como a "boa", a "natural" e a "certa". Pode-se constatar que tal ideologia não está apenas presente nas representações das próprias famílias pobres (Szymanski Gomes, 1988), mas faz também parte do ideário daqueles que atendem profissionalmente estas mesmas famílias de baixa renda e que talvez desqualifiquem aqueles que divergem do que julgam "certo".

Portanto, a compreensão da experiência das profissionais entrevistadas sugere que a maioria acredita que as famílias pobres têm escassas probabilidades de sucesso diante das adversidades da pobreza. O discurso das entrevistadas postula que sua clientela é formada basicamente por aqueles que "não superaram" as adversidades.

As profissionais entrevistadas revelaram de início o seu desconhecimento do conceito de resiliência, mas, ao se confrontarem com a noção, suas idéias a respeito do assunto organizaram-se com base em preconceitos de pobreza e desvantagem socioeconômica, o que confirma a inspiração ideológica do construto e a "patologização" da pobreza. Tais atitudes não são exclusividades de traba-

lhadores sociais brasileiros, pois o trabalho de Boyd-Franklin (1993), nos Estados Unidos, sobre a atitude de trabalhadores de saúde mental, também mostrou que os profissionais naquele contexto apresentam uma visão de pessoas negras e pobres como “desmotivadas”, “preguiçosas”, “desorganizadas” e impossíveis de serem tratadas. Estas reflexões fazem-nos pensar no modelo de relações que tem sido adotado por estas profissionais no seu dia-a-dia com as famílias pobres. Parece haver evidências suficientes de que a complementação diádica de papéis na linha de “culpabilizar a vítima” poderia servir para descrever o modelo das interações entre “técnicos e famílias pobres”. Ao que parece, estas profissionais desconsideram a difícil trajetória política e social destas pessoas ao longo de um caminho de pobreza de oportunidades que vem de gerações anteriores. O resultado desta relação? Com toda certeza não tem sido o reconhecimento das reais dificuldades vivenciadas historicamente por estas famílias, nem tampouco a relação empática e genuína capaz de gerar o desenvolvimento de uma identidade positiva e a consciência transformadora nestes grupos. Ao contrário, esta atitude negativa e de descrédito das profissionais em relação às famílias parece agir no sentido de provocar uma atuação “paralisada” e governada por um sistema de crenças que dita: “Famílias pobres nada fazem para modificar sua condição de vida. Sendo assim, não há muito o que fazer por elas...”. Desta forma, ao que parece, se depender destas trabalhadoras, a identidade destes grupos manter-se-á nos personagens da “desestrutura” e “desorganização”, e a qualidade de vida destas populações permanecerá inalterada...

## Resumo

O presente estudo teve por objetivo pesquisar idéias, crenças e percepções de profissionais acerca das famílias em situação de pobreza e suas possibilidades de resiliência. Tomou-se como base a noção vigente de resiliência aplicada à Psicologia, a qual se refere a fenômenos que explicam a superação de adversidades. Foram entrevistadas individualmente oito trabalhadoras sociais – quatro educadoras, uma assistente social e três profissionais da saúde. Desconhecedoras do termo “resiliência”, as entrevistadas foram primeiramente informadas sobre o conceito e depois solicitadas a caracterizar: a) as famílias que compõem a sua experiência cotidiana e b) as famílias que “superam as dificuldades da pobreza”. As trabalhadoras evidenciaram acreditar que a maioria das famílias é acomodada à pobreza e “desestruturada”. Segundo as profissionais, estas famílias têm escassas probabilidades de sucesso diante das adversidades da

pobreza. Portanto, a noção de resiliência, associada à condição de pobreza, pode sugerir preconceitos sobre a desvantagem socioeconômica, o que revela a necessidade de cautela na atribuição do termo.

*Palavras-chave:* resiliência; resiliência em famílias; famílias de baixa-renda; crenças; pobreza.

### **Abstract**

*The present study aimed to investigate the notion of resilience based on the ideas, beliefs and perceptions of professionals who work with families that face the adversities of poverty. Eight professionals – four educators, one social worker and three health service workers – were individually interviewed. As they were not familiar with the term “resilience”, first they received information on the notion. Afterwards, they were asked to characterize: a) families that belong to their everyday experience and b) families who “succeed despite poverty”. The professionals believe that the majority of poor families are “dysfunctional” and passive with regard to their condition of poverty. According to the professionals, these families are unlikely to succeed due to the adversities of poverty. Also, their discourse reveals that most of their clients “do not succeed” in the situation of poverty. Therefore, the notion of resilience, associated with poverty, may suggest prejudices regarding socioeconomic disadvantage, which shows that the attribution of the term should be done carefully.*

*Key-words:* resilience; family resilience; low-income families; beliefs; poverty.

### **Resumen**

*El presente estudio tuvo por objeto investigar las ideas, creencias y percepciones de los profesionales sobre las familias en situación de pobreza y sus posibilidades de resiliencia. Se tomó como base la noción vigente de resiliencia aplicada a la psicología, que se refiere a los fenómenos que explican la superación de las adversidades. Fueron entrevistados individualmente ocho trabajadores comunitarios –cuatro educadores, un trabajador social y tres profesionales del área de salud. Debido a que los entrevistados desconocían el significado del término resiliencia, en primer lugar se les informó sobre el concepto y después se les solicitó caracterizar: a) a las familias que forman parte de su experiencia cotidiana; y b) a las familias que “superan las dificultades vinculadas a la pobreza”. Los trabajadores manifestaron creer que la mayoría de las familias se ha acostumbrado a la pobreza y es “desestructurada”. De acuerdo con los profesionales, estas familias tienen escasas probabilidades de éxito frente a las adversidades vinculadas a la pobreza. Por lo tanto, la noción de resiliencia, asociada a la condición de pobreza, puede sugerir prejuicios referentes a la desventaja socioeconómica, lo que indica la necesidad de tener cautela en la asignación del término.*

*Palabras claves:* resiliencia; resiliencia en familias; familias de baja renta; creencias; pobreza.

## Referências

- Bouso, R. S. (1999). *Buscando preservar a integridade da unidade familiar: a família vivendo a experiência de ter um filho na UTI pediátrica*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Escola de Enfermagem.
- Boyd-Franklin, N. (1993). "Race, class and poverty". In: Walsh, F. (ed.). *Normal family processes*. Nova York, The Guilford Press, pp. 361-376.
- Brodsky, A. E. (1999). "Making-It": The components and process of resilience among urban, african-american, single mothers. *American Journal of Orthopsychiatry*, 69 (2) pp. 148-160, abril.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Byng-Hall, J. (1995). *Rewriting family scripts. Improvisation and systems change*. Nova York, Guilford Press.
- Garbarino, J. e Abramowitz, R. H. (1992) Sociocultural Risk and opportunity. In: Garbarino, James (Ed.). *Children and Families in the Social Environment*. 2. ed. Nova York, Aldine de Gruyter, pp. 35-70.
- Glaser, B. e Strauss, Anselm. L. (1967). *The discovery of grounded theory*. Nova York, Aldine.
- Grotberg, E. (1995). *A guide to promoting resilience in children: Strengthening the human spirit*. The Bernard van Leer Foundation, the Hague.
- Hawley, D. R., e Dehann, L. (1996). Toward a definition of family resilience: Integrating life span and family perspectives. *Family process*, 35, pp. 283-298.
- Lopes, J. B. e Gottschalk, A. (1990). Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, 4(1), pp. 100-109.
- Luthar, S. S. (1999). *Poverty and children's adjustment*. Thousand Oaks, Londres, Nova Delhi, Sage Publications Inc., (Col. Developmental Clinical Psychology and Psychiatry, vol. 4).
- Martineau, S. (1999). *Rewriting resilience: A critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to "kids at risk"*. Tese de doutorado. Vancouver, University of British Columbia.
- Masten, A. S. e Garmezy, N. (1985) Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In: Lahey, B.B. e Kazdin, A. E. *Advances in clinical child psychology*. Nova York, Plenum Press, 8, pp. 1-52.

- Mccubbin, H. I. e McCubbin M. A. (1988). Typologies of Resilient Families: Emerging Roles of Social Class and Ethnicity. *Family Relations*, 37, pp. 247-254.
- McGoldrick, M., Heiman, M. e Carter, B. (1993). The changing family life cycle: a perspective on normalcy. In: Walsh, F. (ed.). *Normal family processes*. Nova York, The Guilford Press, pp. 415-443.
- Mello, S. L. (1995). "Família: perspectiva teórica e observação factual". In: Carvalho, M. do C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ.
- Montali, L. (1991). Família e trabalho na conjuntura recessiva. *São Paulo em Perspectiva*, 5 (1), pp. 72-84.
- Rosemberg, F. (1994). Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 4 (1), pp. 28-33.
- Rey, F. G. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: rumos y desafíos*. São Paulo, Educ.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial Resilience and Protective Mechanisms, *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, pp. 316-331.
- \_\_\_\_\_. (1993). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, pp. 626-631.
- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, Autores Associados.
- Sonn, C. C. e Fisher, A. T. (1998). Sense of Community: Community resilient responses to oppression and change. *Journal of Community Psychology*, 26 (5), pp. 457-472.
- Strauss A. e Corbin, J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded-Theory, procedures and techniques*. Londres, Sage Publications.
- Szymansky Gomes, H. R. (1988). *Um estudo sobre o significado de família*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação.
- \_\_\_\_\_. (1995). "Teoria e 'teorias' de famílias". In: Carvalho, M. do C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ.
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: crisis and challenge, *Family Process*, 35, pp. 261-281.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Strengthening Family Resilience*. Nova York/Londres, The Guilford Press.

- Werner, E. E. (1986). The concept of risk from a developmental perspective. In: Keogh, B. K. (Ed.). *Advances in Special Education, Developmental Problems in Infancy and Preschool Years*, 4: 1-23, Greenwich, Conn., JAI Press.
- \_\_\_\_\_. (1993). Risk, resilience and recovery: Perspectives from the Kauai longitudinal study. *Development and Psychopathology*, 5, pp. 503-515.
- Werner, E. E. e Smith, R. S. (1982). *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. Nova York, McGraw-Hill.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. Nova York, Adams-Banaster-Cox.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Overcoming the Odds: High-risk children from birth to adulthood*. Ithaca/Londres, Cornell University Press.
- Yunes, M. A. M. e Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares, J. (org.). *Resiliência e Educação*. São Paulo, Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2001a). A aplicação da grounded-theory como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. Niterói, 13(2), pp. 123-139.
- \_\_\_\_\_. (2001b). *A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC, Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação.
- Zimmerman, M. A. e Arunkumar, Revathy (1994). Resiliency Research: Implications for Schools and Policy, *Social Policy Report: Society for Research in Child Development*, VIII (4), pp. 1-18.

---

Maria Angela Mattar Yunes

Doutora em Educação: Psicologia da Educação

Docente do Programa de Mestrado em Educação Ambiental e

Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil (FURG)

E-mail: yunes@vetorialnet.com.br

Heloísa Szymanski

Doutora em Psicologia da Educação

Vice-coordenadora e Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,

E-mail: hszymans@uol.com.br